

2468

289

J

Audimar Arruda



O presidente da Cooagan, Francisco Barrozo: 1,5 tonelada de ouro retirada no alto Japurá

RESERVA DOS TICUNAS

PF já está na área de garimpo

A Polícia Federal já está na região do rio Bóia, entre os municípios de Jutai e Amaturá, com 15 agentes fazendo o levantamento da presença de garimpeiros e possíveis irregularidades na extração de ouro no local. A confirmação foi dada ontem pelo superintendente da PF, Mauro Spósito, que deu um prazo até o dia 5 de março para o fim da operação, até com a retirada dos garimpeiros, se for necessária. Segundo Spósito, ainda não é possível confirmar se os garimpeiros invadiram as áreas indígenas ou se atividade no local está ilegal. "Já fizemos um sobrevôo na área e estamos fazendo o levantamento da situação", afirmou Spósito.

Ontem, o presidente da Cooperativa dos Garimpeiros do Amazonas (Coogam), Francisco Barrozo dos Santos, confirmou a presença de cerca de mil garimpeiros nos rios Bóia, Mutum e Jutai - com 59 dragas e 45 balsas - sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mas afirmou que

a cooperativa está seguindo todos os trâmites legais para regularizar a atividade. Barrozo disse ainda que os garimpeiros não irão resistir a uma eventual operação de retirada feita pela Polícia Federal.

Barrozo disse que existem sete processos (de número 88000/96 até 88006/96) no DNPM pedindo autorização para exploração mineral na área e que a presença dos garimpeiros está garantida pelo inciso I do artigo 14 da Lei 7.805 - altera o decreto-lei 277/67 e cria o regime de permissão de lavra garimpeira - que garante prioridade de obtenção de licenças às cooperativas, desde que estejam atuando na área. "A Lei impele à ocupação da área antes das medidas legais para o pedido de licença, sem o que a cooperativa perde a prioridade", afirma. Barrozo esteve na sede da Funai para explicar ao coordenador as atividades dos garimpeiros nos rios Bóia, Mutum e Jutai.

O coordenador regional em exercício da Fundação Nacional de Índio (Funai), de Manaus, Be-

nedito Rangel, cuja jurisdição atinge até a foz do rio Jutai e o rio Biá, onde vivem os índios Catuquinos, área indígena próxima ao local onde estão instalados os garimpeiros, revelou que já enviou técnicos à área para averiguar se os garimpeiros estavam chegando à reserva indígena. "Segundo o relatório dos técnicos, a presença dos garimpeiros no rio Bóia não está afetando a reserva".

Ontem A CRÍTICA tentou contato com o coordenador regional da Funai na região do Alto Solimões, Walmir Torres - que tem jurisdição sobre a área onde está a reserva indígena Uai-Uai-In, dos índios ticunas, que segundo denúncias do diretor do DNPM, Fernando Burgos, e da Coiab, está sendo invadida pelos garimpeiros - mas até o final da tarde não teve retorno. O coordenador de Manaus, Benedito Rangel, acredita que se os garimpeiros estão chegando à reserva é através dos afluentes do rio Bóia, que nascem na área indígena.

Garimpeiros negam conflito com índios

Os garimpeiros da Cooagam retiraram 1,5 tonelada de ouro do rio Purue, no Alto Japurá, no ano passado, apesar da operação da Polícia Federal que em abril retirou os garimpeiros da área, empurrando-os para as cidades vizinhas da Colômbia. Segundo o presidente da Cooagam, Francisco Barrozo dos Santos, é possível chegar a esse número levando em conta que foram colocadas na extração do minério, 60 dragas que devem responder por uma produção de 2kg de ouro/mês.

Esse ouro foi todo trazido para o Brasil e vendido em Manaus e Tefé, segundo Barrozo. Ele afir-

ma que 90% da produção é investida em custeio - mão-de-obra, diesel e manutenção - e quase tudo é adquirido em Manaus. A exceção são os carpetes utilizados na filtragem do ouro que são comprados em São Paulo.

Os garimpeiros da região atuam nos aluviões - bolsões de ouro existentes nos leitos dos rios, de curta duração, retirados através da lavagem dos cascalhos - e permanecem por cerca de 18 a 24 meses no local, dependendo das condições do garimpo. No Alto Japurá eles ficaram por dois anos e a expectativa é que permaneçam por um período de 18 me-

ses no rio Bóia, onde estão desde julho do ano passado.

Segundo Barrozo, não há conflito entre garimpeiros e índios, garimpeiros e garimpeiros e garimpeiros e comunidade. "Durante nossa permanência no Japurá não ocorreu nenhum óbito por conflito", afirma, destacando que a cooperativa já sanou vários problemas sociais dos garimpeiros como a prostituição, redução da presença de drogas e a eliminação das "focas" - superporção de equipamentos que geram conflitos entre os próprios garimpeiros pela proximidade das áreas de atuação.